



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

IZABELLY PONTES DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA DOS COLABORADORES DAS FILIADAS DE UMA CENTRAL DE
COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA REGIÃO NORDESTE**

**JOÃO PESSOA
2019**

IZABELLY PONTES DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE EDUCAÇÃO
FINANCEIRA DOS COLABORADORES DAS FILIADAS DE UMA CENTRAL DE
COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA REGIÃO NORDESTE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Thamirys de Sousa Correia.

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

048e Oliveira, Izabelly Pontes de.

Educação financeira: um estudo sobre o nível de educação financeira dos colaboradores das filiadas de uma central de cooperativas de crédito na região Nordeste / Izabelly Pontes de Oliveira. - João Pessoa, 2019.

49 f. : il.

Orientação: Profa Ma Thamirys de Sousa Correia.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Cooperativas de Crédito. 2. Educação Financeira. 3. Endividamento. I. Correia, Profa Ma Thamirys de Sousa. II. Título.

UFPB/BC

IZABELLY PONTES DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS COLABORADORES DAS FILIADAS DE UMA CENTRAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA REGIÃO NORDESTE

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pelo Departamento de Finanças e Contabilidade da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Profa. Ma. Thamirys de Sousa Correia (Orientadora)

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Membro: Profa. Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Membro: Profa. Ma. Geisa Cassiana Paulino da Silva

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB

João Pessoa, 24 de abril de 2019

A Deus, por tudo.

*“Tudo tem seu tempo determinado e há tempo
para todo propósito debaixo do céu.”*

Eclesiastes 3:1-1

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido escolher sonhar os Teus sonhos. Por ter me dado forças e sabedoria para seguir e prosseguir com fé e paciência diante das necessárias provações que precisei passar para hoje estar aqui, escrevendo meus agradecimentos. Obrigada por tanto Amor e misericórdia!

Aos meus pais, José Ivan e Vera Lúcia, pela imensidão de Amor e dedicação ao longo desses anos. Por estarem presentes em todos os momentos da minha vida, me moldando a ser uma pessoa melhor a cada dia, me dizendo que Deus sabe a hora certa para tudo e que Ele sabe qual é o melhor momento.

Aos meus irmãos, Igor e Iago, pela nossa união e por encontrar nesse Amor a maior expressão da benignidade de Deus.

Em especial ao meu noivo, Jefferson Fernandes, por acreditar verdadeiramente no meu potencial e por me impulsionar ao crescimento pessoal e profissional, me motivando constantemente a ser e querer mais de mim e dos meus sonhos. Me mostrou que caminhar juntos é caminhar com Deus. Obrigada por todo Amor e cuidado!

À minha orientadora Thamirys, pela dedicação, cuidado e paciência em me ajudar na construção deste trabalho.

Por fim, a cada pessoa que passou pelo meu caminho e que contribuiu de alguma forma para que eu pudesse concretizar mais esse objetivo. Muitíssimo obrigada pela ajuda, palavras e orações!

Esperar em Deus é saber que o melhor não passou, e sim está por vir!

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o nível de educação financeira dos colaboradores das filiadas de uma central de cooperativas de crédito na região Nordeste. Define-se como uma pesquisa descritiva, de levantamento e com abordagem quantitativa. A amostra é composta por 243 participantes, que corresponde a 41,5% da população. A coleta dos dados foi feita através da aplicação de questionário dividido em quatro blocos, totalizando 24 quesitos e a análise dos dados foi realizada a partir de técnicas de estatística descritiva. Os resultados apontam que a faixa etária dos respondentes se concentrou de forma expressiva entre 21 e 30 anos e a maioria possui ensino superior completo. Em relação ao nível de confiança dos colaboradores para gerir suas finanças pessoais, foi possível identificar que a maior parte, 50,2%, se sente razoavelmente seguro, enquanto que apenas 1,6% se sente inseguro. Dentre os produtos financeiros mais utilizados, 96,7% dos profissionais afirmaram utilizar cartão de crédito e 48,6% declararam possuir empréstimo pessoal. O maior número dos questionados possui entre 21% e 30% da sua renda comprometida com o pagamento de parcelas de empréstimos e financiamentos, ao passo que 23% dos profissionais não possuem tais obrigações. Apenas 9,5% dos respondentes possuem operações em atraso, sendo o cartão de crédito responsável por 44,8% dos casos de inadimplência. Diante dos resultados obtidos com esta pesquisa, conclui-se que, em geral, os colaboradores podem ser considerados educados financeiramente.

Palavras-chave: Cooperativas de Crédito. Educação financeira. Endividamento.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the level of financial education of the employees of the affiliates of a central credit cooperatives in the Northeast region. It is defined as a descriptive research, survey and quantitative approach. The sample is composed of 243 participants, which corresponds to 41.5% of the population. Data collection was done through the application of a questionnaire divided into four blocks, totaling 24 questions and data analysis was performed using descriptive statistics techniques. The results indicate that the age group of the respondents concentrated expressively between 21 and 30 years old, and most of them have completed higher education. Regarding the level of confidence of employees to manage their personal finances, it was possible to identify that the majority, 50.2%, feel reasonably safe, while only 1.6% feel insecure. Among the most used financial products, 96.7% of professionals said they use credit cards and 48.6% said they had personal loans. The largest number of respondents has between 21% and 30% of their income committed to the payment of loans and financing installments, while 23% do not have such obligations. Only 9.5% of the respondents have operations in arrears, and the credit card accounts for 44.8% of the default cases. Considering the results obtained with this research, it is concluded that, in general, employees can be considered financially literate.

Keywords: Credit Cooperatives. Financial Education. Indebtedness.

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN	Banco Central do Brasil
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEF	Programa de Educação Financeira
PEIC	Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do questionário a ser aplicado aos colaboradores.....	30
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de famílias endividadas e com dívidas em atraso	23
Tabela 2 - Principais tipos de dívidas apontadas pelas famílias	24
Tabela 3 - Perfil socioeconômico	31
Tabela 4 - Nível de confiança <i>versus</i> gênero, faixa etária e escolaridade	33
Tabela 5 - Mensuração de conceitos financeiros básicos	34
Tabela 6 - Ferramentas utilizadas <i>versus</i> frequência	35
Tabela 7 - Produtos financeiros.....	35
Tabela 8 - Poupança/investimento mensal.....	36
Tabela 9 - Renda mensal comprometida com pagamento de empréstimos e/ou financiamentos	36
Tabela 10 - Operações em atraso.....	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVOS	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	18
2.1.1 Educação Financeira no Mundo e no Brasil	20
2.2 ENDIVIDAMENTO	22
2.3 COOPERATIVISMO.....	24
2.3.1 Cooperativas de Crédito.....	26
2.3.2 Cooperativismo de Crédito e a Educação Financeira	27
3 METODOLOGIA	29
3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA	29
3.2 PRÉ-TESTE	29
3.3 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	30
4 ANÁLISE DE DADOS.....	31
5 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS.....	40
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	44

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil foi impulsionado pelo crescimento econômico, associado à consolidação da moeda. A população foi incentivada ao consumo de bens, produtos e serviços por meio da redução de juros e impostos e facilidades em adquirir empréstimos e financiamentos. No entanto, aliado a esse crescimento, o endividamento dos indivíduos também aumentou, e uma das possíveis causas pode ser a falta de planejamento financeiro (SOUZA, *et al.*, 2018).

Diante da moderna sociedade de consumo, a educação financeira tem ganhado importância perante a incapacidade das pessoas em administrar suas finanças pessoais, causando prejuízos a elas mesmas, às organizações e a sociedade no geral (MASSARO, 2015). Contudo, destacam-se as pessoas que têm a competência de buscar informações, entender e interpretar dados, números e cenários e aplicá-los no planejamento e gerenciamento dos seus recursos, conscientizando-se da relevância em viver de acordo com as suas possibilidades financeiras (SOUZA, *et al.*, 2018).

Nesse contexto, a educação financeira surge como um aparato para que os indivíduos visem garantir um consumo saudável e equilibrado, a curto, médio e longo prazo, contribuindo para o controle, estabilidade e transparência do sistema financeiro e da economia. O acesso à educação financeira permite a população planejar e controlar as suas receitas e despesas, evitando o endividamento e, conseqüentemente, a inadimplência (CORDEIRO; ALMEIDA; FIGUEIREDO, 2013).

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) conceitua educação financeira como um processo no qual os indivíduos e a sociedade compreendem os conceitos, produtos e riscos financeiros por meio de informações, instruções e orientações. Por meio dela, as pessoas adquirem conhecimento e competências necessárias para tornarem-se consumidores conscientes e preparados para as oportunidades e riscos a elas associadas, fazendo escolhas adequadas para cada situação. Dessa forma, a educação financeira é um processo que colabora para a formação de cidadãos bem-educados financeiramente, responsáveis e comprometidos com o futuro (OCDE, 2005).

Apesar disso, Souza *et al.* (2018) perceberam que nos últimos anos houve um aumento significativo no endividamento da população, ocasionado pelo desenvolvimento da cultura do consumismo na sociedade moderna. Segundo os dados do *Serasa Experian*, em junho de 2018 a inadimplência atingiu

aproximadamente sessenta e dois milhões de consumidores (SERASA, 2018). Dentre as possíveis causas, a facilidade de acesso ao crédito pode ser considerada um dos principais motivadores no aumento desta vulnerabilidade que, atrelada a baixos níveis de educação financeira, contribui para o aumento de inadimplentes (ROCHA; OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2017).

Em teoria, alguns grupos específicos possuem qualificação suficiente para manter suas finanças pessoais saudáveis e equilibradas. É o caso dos profissionais das instituições financeiras, mais precisamente àqueles que trabalham em cooperativas de crédito. Para estes profissionais é requerido um vasto conhecimento acerca do sistema financeiro, sendo esperado que utilizem dessa capacidade, aliado à experiência adquirida diariamente, em suas finanças pessoais. Porém, faz-se necessário certificar-se de que isso é aplicado na prática.

Posto isso, além desta introdução, são evidenciados o problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a relevância da pesquisa na justificativa. Posteriormente, a fundamentação teórica abrange a educação financeira, o endividamento e por último as cooperativas de crédito. Em seguida, é apresentada a metodologia, a análise dos resultados e conclusões da pesquisa.

1.1 PROBLEMA

Apresentada a ideia, busca-se responder a seguinte problemática: **Qual o nível de educação financeira dos colaboradores das filiadas de uma central de cooperativas de crédito na região Nordeste?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o nível de educação financeira dos colaboradores das filiadas de uma central de cooperativas de crédito na região Nordeste.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Traçar o perfil socioeconômico dos colaboradores;
- Detectar o nível de confiança dos profissionais em relação aos seus conhecimentos financeiros;
- Verificar se os colaboradores utilizam alguma ferramenta para planejamento e controle de suas finanças pessoais;
- Identificar os produtos financeiros mais utilizados pelos colaboradores;
- Averiguar quanto da renda dos profissionais está comprometida com o pagamento de prestações de empréstimos e/ou financiamentos;
- Constatar quais os produtos financeiros que geram maior inadimplência aos colaboradores.

1.3 JUSTIFICATIVA

Diante do cenário de consumismo exacerbado da população, nos últimos anos muito tem se falado da importância da educação financeira e principalmente do impacto que ela causa na vida das pessoas. Diversas pesquisas anteriores, como por exemplo, Augusto (2016), Soares (2017) e Souza *et al.* (2018) defendem a educação financeira como uma ferramenta que auxilia os indivíduos na gestão dos seus recursos e na tomada de melhores decisões.

Em pleno século XXI, inúmeras iniciativas de educação financeira estão sendo disseminadas a nível mundial, nas mais diversas esferas como a acadêmica, empresarial e governamental, trazendo para o centro das discussões o conceito de educação financeira e como ela pode influenciar diretamente a maneira como as pessoas planejam suas finanças pessoais (MASSARO, 2015).

De acordo com Rocha, Oliveira e Teixeira (2017), o aprendizado e a aplicação de conhecimentos práticos de educação financeira contribuem para a formação de consumidores conscientes, evitando, assim, o superendividamento da população e, eventualmente, elevados níveis de inadimplências. Por esse motivo, as cooperativas de crédito incentivam a cidadania financeira com o intuito de que seus associados possuam autonomia na gestão de suas finanças (SEBRAE, 2009).

Portanto, o estudo é relevante para fomentar a discussão em relação à importância da educação financeira no cenário dos profissionais das cooperativas de crédito, sendo um dos princípios do cooperativismo a educação, formação e informação de seus empregados. Apesar deste grupo teoricamente possuir um nível de educação financeira adequado para trabalharem como consultores financeiros dos seus associados, faz-se necessário investigar se esses conhecimentos estão sendo aplicados também em suas vidas financeiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Bassil (2018) explica, a educação financeira pode ser vista como uma ferramenta fundamental para auxiliar as pessoas a planejar, gerir, poupar e investir sua renda, com isso garantindo uma vida financeira mais tranquila e saudável. Diante disso, nos últimos anos, por consequência do desenvolvimento dos mercados financeiros, da inclusão bancária, das mudanças demográficas, políticas e econômicas, o assunto sobre a educação financeira cresceu e se destacou em meio a sociedade contemporânea.

Diversas são as inovações vivenciadas pelo mercado financeiro, principalmente nos campos tecnológico e regulatório, elevando a complexidade dos serviços financeiros. Aliado a isto, surge a necessidade de o indivíduo adquirir conhecimento suficiente sobre o tema, evitando a tomada de decisões financeiras equivocadas, que podem trazer reflexos negativos às suas finanças. Por isso, o aprendizado e a aplicação de conhecimentos sobre educação financeira possuem um papel relevante na melhoria da gestão das finanças pessoais dos indivíduos e da sociedade como um todo (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Diante desse ambiente financeiro globalizado, associado ao crescimento econômico, elevam-se os níveis de competitividade e, conseqüentemente, a oferta de produtos e serviços mais complexos, exigindo da população um planejamento adequado para alcançar seus objetivos de curto, médio e longo prazo (GUIMARÃES, 2012).

Apesar da notória importância do tema, infelizmente uma parte significativa da sociedade não busca, no seu cotidiano, informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Paralelamente, não há percepção de uma cultura coletiva por parte da sociedade organizada na busca de uma população preocupada, equilibrada e educada financeiramente (BACEN, 2013).

2.1 DEFINIÇÃO E IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Educação Financeira pode ser definida como o processo de absorção do conhecimento que permite aos indivíduos desenvolver habilidades para tomar decisões conscientes, fundamentadas e seguras, acarretando no aprimoramento da gestão de suas finanças pessoais e, conseqüentemente, permitindo que essas

peças sejam incorporadas à sociedade e ao sistema financeiro como um todo. Esses conhecimentos e informações providos pela educação financeira afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas e da sociedade em geral, fazendo dela um instrumento fomentador do desenvolvimento econômico de um país (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007; BACEN, 2013).

Por isso, a educação financeira desempenha um papel importante na vida dos indivíduos, visto que ela funciona como ferramenta de suporte para que as pessoas possuam a capacidade de tomar decisões financeiras mais conscientes e informadas. A educação financeira possibilita o desenvolvimento das finanças pessoais e contribui para a destinação mais eficiente dos recursos financeiros, ocasionando uma maior estabilidade financeira a nível micro e macro (KLAPPER; LUSARDI; PANOS, 2012).

Uma sociedade educada financeiramente demanda produtos e serviços de acordo com as suas necessidades, contribuindo, desta forma, para o aumento da competitividade do setor financeiro. Esses consumidores bem informados requerem das instituições financeiras maior transparência nas suas relações, executando um papel significativo no monitoramento do mercado e colaborando para a solidez, eficiência e eficácia do sistema financeiro (BACEN, 2013).

Para que os indivíduos mantenham a autogestão financeira equilibrada e saudável, é indispensável a conscientização sobre a importância da educação financeira, pois ela consiste na capacidade de prover elementos teóricos essenciais que beneficiam a tomada de decisão da vida cotidiana. Desse modo, possibilitando às pessoas a autonomia diante do controle dos gastos, a percepção e o entendimento de que a capacidade de endividamento está intimamente ligada à restrição orçamentária (PINHEIRO, R. 2008). Portanto, a maneira como a população faz o uso do dinheiro, a forma como ele é gerido, dando ou não a devida importância à educação financeira, pode impactar positivamente ou negativamente a vida dessas pessoas.

Diante da atual cultura de consumismo percebido no Brasil e em boa parte do mundo, fica evidente a importância da educação financeira na vida da população em geral. Dessa forma, faz-se necessário levar em consideração os riscos relacionados à falta de conhecimento financeiro dos consumidores, que pode ocasionar consequências desastrosas para a saúde financeira destes. Dentre os diversos problemas que a falta de conhecimentos financeiros pode causar, destacam-se os erros nas tomadas de decisões, ausência de planejamento das finanças pessoais e preconceito contra os produtos e empresas do setor financeiro (GUIMARÃES, 2012).

Lusardi e Mitchell (2011) alegam que as pessoas mal remuneradas e menos instruídas são as que apresentam menores níveis de educação financeira. Isso é preocupante, uma vez que as tornam mais vulneráveis a tomadas de decisões financeiras precipitadas. Os autores ainda alertam que o analfabetismo financeiro pode impactar negativamente as famílias e suas finanças pessoais, levando a escolhas equivocadas em relação a empréstimos, investimentos, aposentadoria e gastos em geral.

Ademais, o conhecimento superficial sobre finanças pessoais pode levar o cidadão a agir de maneira financeiramente irresponsável, levando-o a assumir compromissos superiores à sua capacidade financeira, e em casos extremos, alcançar situações de inadimplência. Em vista disso, a educação financeira pode ser considerada uma ferramenta imprescindível para uma parcela significativa da população no enfrentamento dos desafios impostos pelo complexo sistema financeiro em que estão inseridos (GUIMARÃES, 2012).

2.1.1 Educação Financeira no Mundo e no Brasil

A pesquisa de Lusardi e Oggero (2017) concluiu que, em todo o mundo, apenas um em cada três adultos demonstra compreender os conceitos básicos de finanças, deixando claro que bilhões de pessoas estão despreparadas para lidar com mudanças rápidas no cenário financeiro. Os autores também afirmam que produtos de crédito, muitos dos quais possuem altas taxas de juros e termos complexos, estão se tornando amplamente disponíveis à população.

Além disso, os governos estão incentivando a inclusão financeira, aumentando o acesso a contas bancárias e a diversos produtos e serviços. A menos que as pessoas possuam os conhecimentos financeiros necessários, estas oportunidades podem facilmente levar a dívidas elevadas e, conseqüentemente, à inadimplência (LUSARDI; OGGERO, 2017).

Nesse contexto, a problemática envolvendo a educação financeira da população tem ganhado crescente atenção, refletindo diretamente no desenvolvimento de estratégias de cooperação nacional e internacional que objetivam a disseminação dos conceitos e práticas associados ao tema.

No mundo, o tema educação financeira é discutido por meio da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), criada em 1961 para

substituir a Organização Europeia para Confederação Econômica (OECE), formada em 1948 com o objetivo de administrar o Plano Marshall no processo de reconstrução dos países europeus envolvidos na Segunda Guerra Mundial (OECD, 2018).

A OCDE é uma organização internacional, localizada na cidade de Paris, capital da França, que tem por objetivo promover políticas que auxiliem e melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo. Formada por 36 membros, em sua maioria países desenvolvidos, a organização dedica-se à promoção de padrões convergentes em vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. Suas reuniões e debates permitem trocas de experiências e coordenação de políticas em áreas diversas da atuação governamental. A OCDE também compartilha os seus conhecimentos e experiências com mais de 100 outras economias, inclusive o Brasil (OECD, 2018).

No Brasil, onde a cultura de controle das finanças pessoais não está tão difundida na população, cresce a preocupação em educar financeiramente a sociedade. Com o objetivo de evitar as consequências negativas trazidas pela ausência de educação financeira, organizações governamentais e instituições privadas desenvolveram alguns projetos e ações (SANTANA, 2014).

O Banco Central do Brasil instituiu o Programa de Educação Financeira (PEF), com o intuito de orientar a sociedade em relação a assuntos econômicos, trabalhando para incluí-la e educá-la financeiramente. Por meio de um programa integrado, o Bacen busca atingir as dimensões cognitiva, atitudinal e comportamental dos cidadãos. Além disso, a instituição disponibiliza cartilhas educativas e promove palestras sobre gestão de finanças pessoais e sobre o sistema financeiro nacional (BACEN, 2019).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também demonstra preocupação com o tema, disponibilizando cartilhas e promovendo palestras que objetivam orientar a população sobre investimentos financeiros. Em 2010, a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) lançou o programa “Meu Bolso em Dia”, que oferece informações didáticas sobre finanças pessoais para que os consumidores possam tomar decisões conscientes relacionadas ao uso do dinheiro, do crédito e de bens financiados.

A Serasa S.A promove ações que visam equilibrar as relações de consumo, facilitar a negociação entre o cliente e o credor, educar financeiramente a população

e oferecer serviços de informação para uma melhor tomada de decisão no momento da compra.

Com o intuito de promover ações que objetivam melhorar o acesso à educação financeira no país, o governo brasileiro instituiu, por meio do Decreto Federal 7.397/2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Esta estratégia visa promover a educação financeira e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

Algumas diretrizes permeiam a ENEF, dentre elas a atuação permanente e em âmbito nacional, a gratuidade das ações de educação financeira e a formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas. Com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, foi instituído o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), formado por órgãos e entidades do governo e seis organizações da sociedade civil (BRASIL, 2010).

2.2 ENDIVIDAMENTO

A educação financeira está diretamente vinculada ao nível de endividamento de um indivíduo, pois a maneira que ele administra suas receitas e despesas definirá a saúde de suas finanças. Apesar da variedade de produtos e serviços financeiros oferecidos à população demonstrar uma oportunidade de realização de objetivos pessoais, ela requer dos consumidores conhecimentos acerca do mercado financeiro que auxiliem na concretização de negócios que realmente atinjam o objetivo desejado (PINHEIRO, R. 2008).

Nesse contexto, o desconhecimento financeiro, aliado ao consumo exacerbado, pode acarretar na tomada de decisões equivocadas, como contrair crédito a juros elevados e utilizar de maneira descontrolada os meios de pagamentos oferecidos pelas instituições financeiras, refletindo diretamente nos níveis de endividamento dos consumidores (PINHEIRO, R. 2008).

O termo endividamento pode ser entendido como a utilização de recursos de terceiros, mas comumente a utilização de linhas de crédito oferecidas por instituições financeiras, para aquisição de bens ou serviços. Ao optar por esta forma de obtenção de recursos, o consumidor estabelece um compromisso em devolver, de acordo com

o cronograma estabelecido em contrato, o montante tomado, acrescido de juros e correção monetária (VIEIRA, 2014).

A falta de planejamento pode levar as famílias ao superendividamento, situação em que o devedor se encontra impossibilitado de pagar um conjunto das suas dívidas atuais e futuras em um tempo razoável com sua capacidade atual de renda. Essa incapacidade de honrar com os compromissos financeiros pode ser causada por circunstâncias não previsíveis, como doença ou morte de um familiar, desemprego, acidentes, entre outros. Nestes casos, caracteriza-se o superendividamento passivo. Em contrapartida, quando o devedor contribui ativamente para se colocar nessa situação de impossibilidade de pagamento, tem-se o superendividamento ativo (GOMES, 2011).

O endividamento é frequentemente associado à inadimplência. No entanto, quando um consumidor toma emprestado recursos financeiros para adquirir algum bem, ele está se endividando. O excesso de dívidas pode levar o cidadão ao descontrole financeiro e, conseqüentemente, à situação de inadimplência, ou seja, o indivíduo não consegue honrar com o que fora originalmente pactuado, impossibilitando a quitação do contrato até a data do vencimento (SILVA; SOUZA; FAJAN, 2015).

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC NACIONAL) divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) em dezembro de 2018, houve uma redução no percentual de famílias com dívidas quando comparado ao mês anterior e ao mesmo período de 2017, como pode ser verificado na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Percentual de famílias endividadas e com dívidas em atraso

Mês/Ano	Total de endividados (%)	Dívidas ou contas em atraso (%)	Não terão condições de pagar (%)
Dezembro de 2017	62,2	25,7	9,7
Novembro de 2018	60,3	22,9	9,5
Dezembro de 2018	59,8	22,8	9,2

Fonte: www.cnc.org.br (2018)

Com isso, o número de famílias com contas ou dívidas em atraso também recuou no período, assim como o percentual de famílias que relatou não ter condições de pagar suas contas em atraso. Apesar da redução, os números ainda continuam

elevados e preocupantes, demonstrando a importância de disseminar os conceitos e práticas da educação financeira nas famílias brasileiras (PEIC NACIONAL, 2018).

Ainda de acordo com a pesquisa da PEIC NACIONAL, em dezembro de 2018, o cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívidas por 78,1% das famílias endividadas, seguido por carnês e financiamento de carro, como pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2 - Principais tipos de dívidas apontadas pelas famílias

Tipos de dívidas	Total (%)
Cartão de crédito	78,1
Cheque especial	5,8
Crédito consignado	6,0
Crédito pessoal	8,5
Carnês	14,7
Financiamento de veículo	10,2
Financiamento imobiliário	8,3
Outras dívidas	2,4
Não sabe	0,1
Não respondeu	0,2

Fonte: www.cnc.org.br (2018)

Embora o percentual de famílias com dívidas ainda seja considerado alto, houve diminuição na comparação anual, refletindo ritmo lento de recuperação do consumo e prudência na contratação de novos empréstimos e financiamentos. Também foi possível observar a redução do comprometimento da renda destinada ao pagamento de obrigações financeiras (PEIC NACIONAL, 2018).

2.3 COOPERATIVISMO

Considerado como uma “filosofia de vida”, o cooperativismo acredita na possibilidade de união entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, transformando o mundo em um lugar mais justo, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. A doutrina cooperativista se fundamenta na solidariedade, na igualdade, na liberdade, na independência, no humanismo, na democracia, na racionalidade e no ideal de justiça social (OCB, 2019).

O cooperativismo surgiu em 1844, no período da Revolução Industrial, no bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra, por um grupo de 28 tecelões, que

fundaram uma cooperativa de consumo, a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” como uma alternativa aos modelos tradicionais como o capitalismo exacerbado, submetendo o esforço de um grupo para alcançar benefícios comuns não só aos envolvidos, mas também a todos da região (SCHIMMELFENIG, 2010).

De acordo com Couto (2014) e Sebrae (2009), sete princípios regem o cooperativismo, são eles:

- Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações abertas para todas as pessoas que estão dispostas a cumprir com os acordos estabelecidos pela maioria;
- Gestão democrática: as cooperativas são controladas por seus sócios, dos quais reunidos em assembleia discutem e votam os objetivos e metas conjuntamente, como também elegem os representantes que administrarão a sociedade;
- Participação econômica dos membros: todos os sócios contribuem igualmente para a formação do capital das cooperativas;
- Autonomia e independência: o funcionamento das cooperativas é administrado e controlado pela ajuda mútua dos sócios;
- Educação, treinamento e informação: as cooperativas destinam pelo menos 5% das sobras brutas para a formação de um fundo de assistência técnica educacional e social (Fates) para capacitação de todos os envolvidos;
- Intercooperação: as cooperativas trabalham conjuntamente para o fortalecimento do cooperativismo;
- Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham em prol do bem-estar social e desenvolvimento de suas comunidades.

No Brasil, o Cooperativismo surgiu oficialmente em 1889, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, com a criação de uma cooperativa de funcionários públicos, cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Com o passar dos anos, o cooperativismo ganhou força e visibilidade, surgindo outras cooperativas em diversos ramos ao redor do Brasil e do mundo (OCB, 2019).

Com o advento da Lei 5.764/71, foi definida a Política Nacional de Cooperativismo, instituído o regime jurídico próprio das cooperativas e destacado a atribuição da Organização das Cooperativas Brasileiras. Após a Constituição de 1988,

foi proibida a interferência do Estado nas associações, efetivando a autonomia e autogestão do cooperativismo (OCB, 2019).

As sociedades cooperativas são classificadas em: singulares, constituídas pelo menos de 20 pessoas; cooperativas centrais ou federações de cooperativas, constituídas de, no mínimo, 3 singulares e as confederações de cooperativas, constituídas ao menos de três federações de cooperativas ou cooperativas centrais (BRASIL, 1971).

No Brasil, de acordo com Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), as cooperativas são divididas em 13 ramos: crédito (ou financeiro), agropecuário, educacional, consumo, produção, especial (ou social), trabalho, transporte, habitacional, saúde, infraestrutura, mineral, turismo e lazer.

2.3.1 Cooperativas de Crédito

Cooperativas de crédito são instituições constituídas sob forma de sociedade cooperativa de pessoas, com natureza jurídica própria, sem fins lucrativos, tendo como principal objetivo prover, por meio da mutualidade, a prestação de serviços financeiros aos seus associados, estimulando o empreendedorismo e ensinando a investir e poupar conscientemente (BACEN, 2019; SEBRAE, 2009).

Os cooperados são ao mesmo tempo donos e clientes, atuando na gestão da cooperativa e desfrutando dos produtos e serviços ofertados por ela (BACEN, 2019). Cada associado tem direito de votar e ser votado, igualmente, independente de quantas cotas-partes possui e o tempo de permanência na cooperativa (SEBRAE, 2009).

Nas cooperativas de crédito, os associados encontram os principais produtos e serviços financeiros disponíveis, tais como: concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com outras instituições financeiras (públicas e privadas) e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor (PINHEIRO, M. 2008).

Alguns dos diferenciais das cooperativas de crédito são as taxas de juros reduzidas, na maioria das vezes não cobram tarifas por seus serviços e, quando cobram, são inferiores às praticadas por outras instituições (públicas ou privadas). No

caso dos rendimentos, normalmente são superiores aos do mercado financeiro, visto que as cooperativas são isentas de tributação, não sendo obrigadas ao recolhimento de depósitos compulsórios, permitindo uma maior taxa de retorno aos associados. Além disso, os cooperados tem direito ao rateio das sobras, que pode ser pago em dinheiro ou em aquisição de mais cotas-partes (SEBRAE, 2009).

A primeira cooperativa de crédito do Brasil foi fundada em 1902, na cidade de Nova Petrópolis, em Rio Grande do Sul, pelo padre suíço Theodor Amstad, como uma solução para melhorar a qualidade de vida dos moradores dos municípios da região, que até então não contava com nenhuma instituição financeira no local. Chamada de Sicredi Pioneira, a primeira cooperativa de crédito surgida no Brasil até hoje continua em atividade (SCHIMMELFENIG, 2010).

O cooperativismo de crédito fomentou o desenvolvimento econômico e a inclusão financeira de inúmeros municípios brasileiros. Hoje, o segmento possui cerca de 930 cooperativas e atende mais de 8,9 milhões de associados, fortalecendo a cada dia os conceitos que dão identidade ao cooperativismo: a cooperação, a transformação e o equilíbrio (OCB, 2019).

2.3.2 Cooperativismo de Crédito e a Educação Financeira

Como as instituições financeiras são propulsoras de crédito no mercado, o empenho dessas organizações no processo de educação financeira deve ser incentivado, com o propósito de aplicá-la diariamente no relacionamento com o cliente, buscando sempre fornecer informações financeiras que subsidiem decisões racionais. Essa preocupação deve nortear todas as relações de consumo, mas principalmente àquelas de longo prazo e que comprometam significativamente a renda dos consumidores (SAITO; SAVÓIA; PETRONI, 2006).

Tendo em vista o seu compromisso institucional, as cooperativas de crédito vêm cada vez mais evidenciando seu comprometimento na área de educação financeira, desenvolvendo importantes atividades acerca do assunto. Diante de seus princípios norteadores, a educação, formação e informação tem ganhado destaque, operando de forma a fortalecer seus associados e a comunidade, buscando sempre o desenvolvimento saudável e igualitário (MEINEN, 2016).

Evidenciando a importância desse princípio educacional, a Lei n. 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das

sociedades cooperativas, estabelece que pelo menos 5% do resultado das sobras líquidas apuradas no exercício devem ser destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates). Segundo o Sebrae (2009), esses recursos podem ser utilizados para realização de treinamentos diversos, com cursos específicos destinados aos cooperados, a seus familiares, dirigentes e, quando previsto no Estatuto Social, aos empregados, constituindo um importante diferencial das sociedades cooperativas.

A participação das cooperativas de crédito na Semana Nacional de Educação Financeira, promovida anualmente desde 2014 pelo Banco Central, reforça a disponibilidade e comprometimento delas em atuar como multiplicadora da educação de finanças, disseminando o assunto através de ações educacionais gratuitas, incluindo workshops, palestras, orientações financeiras, formações online e campanhas de sensibilização via mídias digitais (INSTITUTO, 2018).

3 METODOLOGIA

Em relação à tipologia da pesquisa, quanto aos objetivos, classifica-se como descritiva, visto que busca descrever os acontecimentos e atributos de uma determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis; além de observar, analisar, registrar e ordenar os dados (GIL, 2008).

No que se refere aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa por levantamento (*surveys* ou sondagem), por ser um método de verificação e análise de dados sociais, econômicas e demográficas e caracteriza-se pelo contato direto com as pessoas (ZANELLA, 2013).

De acordo com a abordagem do problema, caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, devido à aplicação de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados. Preocupa-se, então, com a representatividade numérica, ou seja, com a mensuração objetiva e a quantificação dos resultados (ZANELLA, 2013).

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses. O principal atributo da pesquisa bibliográfica consiste no fato de permitir ao pesquisador a cobertura de uma série de fenômenos muito mais vasta (GIL, 2008).

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa é composta por colaboradores de 14 filiais de uma central de cooperativas de crédito da região Nordeste, totalizando 628 indivíduos distribuídos entre as áreas de negócios e retaguarda. Destes, 43 não puderam ser contatados devido à devolução automática de e-mail e 243 responderam ao questionário, sendo considerados como amostra da pesquisa.

3.2 PRÉ-TESTE

Antes da realização da coleta dos dados o questionário foi submetido a um pré-teste com três pessoas: uma do meu ambiente familiar, e duas de uma central de cooperativas de crédito, sendo um analista da unidade de contabilidade e um supervisor da unidade de controles internos.

3.3 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

A coleta dos dados se estabeleceu mediante aplicação de questionário composto por vinte e quatro quesitos, para serem aplicados aos colaboradores das filiadas de uma central de cooperativas de crédito na região Nordeste, visando extrair informações para análise e interpretação dos dados. Para tanto, o questionário foi subdividido em quatro blocos, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Estrutura do questionário a ser aplicado aos colaboradores

Blocos	Finalidade
Bloco I	Definir o perfil socioeconômico do questionado
Bloco II	Verificar o nível de conhecimento em educação financeira do questionado e as ferramentas utilizadas para planejamento e controle de suas finanças pessoais
Bloco III	Identificar quais produtos financeiros o entrevistado faz uso
Bloco IV	Observar o endividamento e inadimplência do questionado

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Além da descrição do perfil socioeconômico dos entrevistados (bloco I), no bloco II, que se referem as questões elaboradas tem como parâmetro a pesquisa desenvolvida por Lusardi e Oggero (2017), que por sua vez possui o propósito mensurar o conhecimento dos profissionais em relação aos conceitos básicos de finanças, tais como: juros simples e compostos, inflação e diversificação de risco.

Vale salientar que o contato com os participantes foi efetuado por e-mail contendo um link eletrônico que os redirecionaram para o questionário, que ficou disponível no período de 13 de março a 5 de abril de 2019. A ferramenta utilizada é o Formulários Google e as respostas foram tratadas de forma totalmente anônima. Bem como, os dados foram analisados com a utilização do programa estatístico SPSS, por meio de técnicas de estatística descritiva, mais precisamente tabulação de referência cruzada.

4 ANÁLISE DE DADOS

De acordo com os resultados obtidos, a maioria dos colaboradores são mulheres, representando 60,3% da amostra, e a faixa etária predominante dos respondentes é de 21 a 30 anos. Além disso, foi observado que a maior parte dos entrevistados, 44,2%, possuem ensino superior completo, como também foi possível verificar que a faixa de renda mensal preponderante é de dois a três salários mínimos vigentes, caracterizando 39,3% da amostra. As demais variáveis socioeconômicas podem ser consultadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Perfil socioeconômico

Variáveis	Categorias	Quantidade (243)	Percentual (%)
Sexo	Masculino	96	39,7
	Feminino	146	60,3
Faixa Etária	Até 20 anos	9	3,7
	De 21 a 30 anos	120	49,6
	De 31 a 40 anos	83	34,3
	Acima de 40 anos	30	12,4
Estado Civil	Solteiro	105	43,4
	Casado/União Estável	122	50,4
	Separado/Divorciado	13	5,4
	Viúvo	1	0,4
	Outro	1	0,4
Nível de Escolaridade	Ensino Médio	10	4,1
	Superior Incompleto	64	26,4
	Superior Completo	107	44,2
	Especialização	59	24,4
	Mestrado	2	0,8
	Doutorado	-	-
Renda Mensal	De R\$ 998,00 a R\$ 1.996,00	77	31,8
	De R\$ 1.996,01 a R\$ 2.994,00	95	39,3
	De R\$ 2.994,01 a R\$ 3.992,00	30	12,4
	De R\$ 3.992,01 a R\$ 4.990,00	8	3,3
	Acima de R\$ 4.990,00	32	13,2

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Na Tabela 4 pode-se identificar o nível de confiança em educação financeira dos profissionais. Quando perguntados como se sentiam em relação aos seus conhecimentos financeiros para gerir suas finanças pessoais, 50,2% dos colaboradores se consideraram razoavelmente seguros, ou seja, possuem

conhecimento em educação financeira suficiente para gerir suas finanças. Ademais, 28,4% se autodeclararam seguros, assumindo que possuem domínio sobre educação financeira e administram suas finanças da melhor maneira possível. Por outro lado, 19,8% dos questionados se sentem pouco seguros e gostariam de entender um pouco mais sobre educação financeira. Apenas 1,6% afirmou se sentir inseguro e desejaria possuir um entendimento mínimo sobre educação financeira.

Analisando os dados de maneira cruzada, pôde-se identificar um equilíbrio entre o número de homens e mulheres que se consideraram seguros, sendo 35 homens e 34 mulheres. Nenhum homem se afirmou inseguro e apenas 12 se sentiram pouco seguros, enquanto 4 mulheres se declararam inseguras e 36 pouco seguras. Estes dados corroboram com a pesquisa realizada por Lusardi e Mitchell (2011), que concluiu que as mulheres tendem a avaliar seus próprios níveis de educação financeira de maneira mais conservadora.

Verificando o nível de confiança em educação financeira dos colaboradores em relação à faixa etária, percebeu-se que 44,4% dos jovens de até 20 anos se autodeclararam pouco seguros. Entre os indivíduos de 21 a 30 anos, 55,8% se consideraram razoavelmente seguros e 20% deles se sentem seguros. Já entre os profissionais de 31 a 40 anos, observou-se que 48,8% se julgaram razoavelmente seguros, ao passo que 33,3% se sentem seguros. Por fim, metade dos questionados acima de 40 anos se consideraram seguros, à medida que 40% se julgaram razoavelmente seguros. Portanto, o percentual dos indivíduos que se consideraram razoavelmente seguros diminuiu à medida que a idade aumentou, enquanto que o percentual daqueles que se sentiram seguros aumentou com a idade. Ou seja, nota-se que o nível de confiança dos participantes em seus conhecimentos financeiros para gerir suas finanças pessoais aumentou proporcionalmente à idade.

Examinando o nível de escolaridade, foi identificado que o maior número dos colaboradores que possuem ensino superior completo, assim como especialização, se julgaram razoavelmente seguros, contrastando com a predominância daqueles que possuem apenas ensino médio, que se declararam pouco seguros, conforme observado na Tabela 4. Estes resultados validam a pesquisa realizada por Potrich, Vieira e Kirch (2015), que concluiu que os maiores níveis em educação financeira são encontrados em pessoas com maior nível de escolaridade e maior acesso às informações financeiras.

Tabela 4 - Nível de confiança *versus* gênero, faixa etária e escolaridade

		Nível de Confiança em Educação Financeira				
Variáveis	Categorias	Inseguro	Pouco Seguro	Razoavelmente Seguro	Seguro	Total
Gênero	Masculino	0	12	50	35	97
	Feminino	4	36	72	34	146
	Total	4	48	122	69	243
Faixa Etária	Até 20 anos	1	4	2	2	9
	De 21 a 30 anos	2	27	67	24	120
	De 31 a 40 anos	0	15	41	28	84
	Acima de 40 anos	1	2	12	15	30
	Total	4	48	122	69	243
Nível de Escolaridade	Ensino Médio	1	6	3	0	10
	Superior Incompleto	1	13	33	17	64
	Superior Completo	2	21	54	31	108
	Especialização	-	8	32	19	59
	Mestrado	-	-	-	2	2
	Doutorado	-	-	-	-	-
	Total	4	48	122	69	243

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Segundo estudo desenvolvido por Lusardi e Oggero (2017), uma pessoa pode ser considerada educada financeiramente quando responde corretamente a pelo menos três das quatro perguntas sobre conceitos básicos de finanças apresentadas na Tabela 5. Partindo deste argumento, 73,7% dos entrevistados podem ser considerados educados financeiramente. Ao passo que, dos 97 homens que responderam à pesquisa, 74,3% atenderam às condições propostas pelos autores, o que também pôde ser observado no público feminino, uma vez que das 146 participantes, 73,4% puderam ser consideradas educadas financeiramente.

É relevante citar que a pesquisa dos autores buscou identificar o nível de educação financeira da população em geral de 140 países, revelando que apenas 35% dos brasileiros entrevistados puderam ser considerados educados financeiramente. A discrepância entre esse percentual e o resultante desta pesquisa pode ser justificado pelo fato do público-alvo serem profissionais que atuam na área financeira.

Apesar da maioria dos entrevistados poderem ser considerados educados financeiramente de acordo com a metodologia acima abordada, notou-se que apenas 57,6% responderam corretamente à questão básica sobre juros compostos. Isto pode ser considerado um dado crítico, visto que esses profissionais atuam no setor financeiro e, de acordo com Lusardi e Tufano (2015), os indivíduos que não entendem

o conceito de juros compostos estão mais suscetíveis a acumular dívidas de grandes valores e a contratarem empréstimos e financiamentos com elevadas taxas de juros.

Tabela 5 - Mensuração de conceitos financeiros básicos

Conceitos financeiros	Perguntas	Percentual de acertos (%)
Juros simples	Suponha que você precise pegar emprestado R\$ 100,00. Qual é o valor mais baixo para pagar de volta: R\$ 105,00 ou R\$ 100,00 mais 3%? (R\$ 105,00; R\$ 100,00 mais 3% ; não sei; não responder)	85,6
Juros compostos	Considere que você tenha R\$ 100,00 na poupança rendendo a uma taxa de juros de 10% ao ano. Após 5 anos, quanto você teria na poupança se não fosse retirado nenhum valor da conta? (Mais de R\$ 150,00 ; exatamente R\$ 150,00; menos de R\$ 150,00; não sei; não responder)	57,6
Inflação	Imagine que nos próximos 10 anos os preços das coisas que você compra dobrem. Se sua renda também dobra, você poderá comprar menos do que pode comprar hoje, o mesmo que pode comprar hoje ou mais do que pode comprar hoje? (Menos; o mesmo ; mais; não sei; não responder)	77,0
Diversificação de risco	Suponha que você tenha algum valor para investir. É mais seguro aplicá-lo em um único negócio ou investimento, ou aplicá-lo em várias empresas ou investimentos? (Em um único; em múltiplos ; não sei; não responder)	81,5

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Dos entrevistados, 70% admitiram terem adquirido conhecimentos para administrarem suas vidas financeiras através da experiência prática e 34,6% afirmaram ter tido a faculdade como principal fonte de conhecimento. Apenas 25,1% declararam que foi através da família que obtiveram conhecimentos para gerir suas finanças pessoais, corroborando com D'Aquino (2011), que alega que a educação financeira não está tão presente no ambiente educacional familiar.

De acordo com Guimarães (2012), diante da elevada oferta de produtos e serviços financeiros mais complexos, exige-se da população um planejamento adequado para alcançar seus objetivos de curto, médio e longo prazo. Alinhado com esta preocupação, 77,5% dos questionados afirmaram utilizar alguma ferramenta para seu planejamento e controle financeiro, sendo as tradicionais anotações o meio mais utilizado, 46,9%. Além disso, 32% da amostra afirmou que atualiza mensalmente sua principal ferramenta, como pode ser deduzido da Tabela 6.

Tabela 6 - Ferramentas utilizadas versus frequência

<i>Quantidade/ % do Total</i>	Ferramentas					
Frequência	Planilhas Eletrônicas	Aplicativo de Celular	Anotações	Não Utiliza	Outro	Total
Diariamente	9 3,7	11 4,5	18 7,4	2 0,8	- -	40 16,4
Semanalmente	20 8,2	8 3,3	35 14,4	3 1,2	- -	66 27,1
Mensalmente	20 8,2	3 1,2	53 21,8	2 0,8	- -	78 32,0
Raramente	- -	- -	3 1,2	10 4,1	- -	13 5,3
Não Responde	1 0,4	- -	5 2,1	38 15,6	2 0,8	46 18,9
Total	50 20,5	22 9	114 46,9	55 22,5	2 0,8	243 100,0

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada em dezembro de 2018, o cartão de crédito foi considerado o produto financeiro mais utilizado pelas famílias. O mesmo pôde ser observado entre os colaboradores entrevistados, dos quais 96,7% afirmaram utilizar esse produto. Ainda nessa categoria, o segundo produto mais contratado é o empréstimo pessoal, utilizado por 48,6% da amostra. Dentre os participantes, 67,5% afirmaram possuir algum tipo de investimento, conforme visto na Tabela 7.

Tabela 7 - Produtos financeiros

Produtos Financeiros	Quantidade	Percentual (%)
Cartão de Crédito	235	96,7
Investimentos	164	67,5
Empréstimo Pessoal	118	48,6
Cheque Especial	101	41,6
Previdência	84	34,6
Consórcio	48	19,8
Financiamento de Veículo	42	17,3
Financiamento Imobiliário	38	15,6

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Apesar de 41,6% dos indivíduos possuírem cheque especial, apenas 3,3% admitiram utilizar esse produto semanalmente. Enquanto 14,8% fazem uso mensalmente, 16,5% raramente usam esse crédito automático disponibilizado pelas instituições financeiras.

Diante dos dados extraídos da Tabela 8, pode-se identificar que 44,9% dos colaboradores poupam e/ou investem até 10% da sua renda mensal, ao passo que 23,5% conseguem poupar entre 11% e 20%. Em contrapartida, 16% não conseguem poupar nada. O hábito de poupar rotineiramente é importante, pois segundo o BACEN (2013), os valores poupados no presente e investidos durante um certo período poderão trazer consequências positivas na qualidade de vida das pessoas no futuro, para que possam se prevenir diante de situações inesperadas, se preparar para a aposentadoria ou realizar sonhos.

Tabela 8 - Poupança/investimento mensal

Poupar/Investir	Quantidade	Percentual (%)
0%	39	16,0
Até 10%	109	44,9
Entre 11% e 20%	57	23,5
Entre 21% e 30%	29	11,9
Acima de 30%	9	3,7
Total	243	100,0

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Conforme Pinheiro, R. (2008), a capacidade de endividamento dos indivíduos está intimamente ligada à restrição orçamentária. A maioria dos entrevistados está com sua renda mensal comprometida entre 21% e 30% com o pagamento de obrigações (empréstimos e/ou financiamentos). Um ponto a ser observado na Tabela 9, é que 14,4% dos questionados afirmaram estar com mais de 30% da sua renda comprometida com o pagamento de dívidas. Este dado pode ser preocupante, tendo em vista que Silva, Souza e Fajan (2015) afirmam que o excesso de dívidas pode levar o cidadão ao descontrole financeiro e, conseqüentemente, à situação de inadimplência.

Tabela 9 - Renda mensal comprometida com pagamento de empréstimos e/ou financiamentos

Renda comprometida	Quantidade	Percentual (%)
0%	56	23,0
Até 10%	29	11,9
Entre 11% e 20%	54	22,2
Entre 21% e 30%	69	28,4
Acima de 30%	35	14,4
Total	243	100,0

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Apenas 9,5% dos profissionais informaram possuir alguma operação de crédito em atraso, sendo o cartão de crédito o principal produto apontado pelos inadimplentes, 44,8%, conforme Tabela 10. Das pessoas que estão em situação de inadimplência, 15,6% afirmaram que sua dívida mais antiga está em atraso há mais de 90 dias.

Tabela 10 - Operações em atraso

Operações em atraso	Quantidade	Percentual (%)
Cartão de Crédito	13	44,8
Outros	7	24,1
Empréstimo Pessoal	4	13,8
Financiamento Imobiliário	4	13,8
Cheque Especial	1	3,4
Financiamento de Veículo	1	3,4

Fonte: Elaboração Própria (2019)

Consoante Gomes (2011), essa incapacidade de honrar com os compromissos financeiros pode ser causada por circunstâncias não previsíveis ou o próprio devedor pode contribuir ativamente para se colocar nessa situação de inadimplência. Para 43,2% dos respondentes que estão com operações em atraso, o principal fator apontado como causador desta situação foi o descontrole orçamentário.

5 CONCLUSÃO

A educação financeira desempenha papel fundamental no desenvolvimento de uma vida financeira equilibrada e saudável, permitindo à sociedade desenvolver habilidades para tomar decisões conscientes, fundamentadas e seguras, possibilitando a destinação mais eficiente dos recursos financeiros.

Diante dos seus princípios norteadores e de seu compromisso institucional, as cooperativas de crédito vêm cada vez mais demonstrando seu comprometimento na área de educação financeira, desempenhando atividades que objetivam educar financeiramente seus associados e a comunidade. Portanto, este trabalho buscou analisar o nível de educação financeira dos colaboradores das filiadas de uma central de cooperativas de crédito na região Nordeste, afim de verificar se estes profissionais aplicam tais conhecimentos em suas finanças pessoais.

Posto isso, de acordo com os resultados obtidos, 50,2% dos colaboradores se consideraram razoavelmente seguros em relação aos seus conhecimentos financeiros para gerir suas finanças pessoais e 28,4% se sentem totalmente seguros, assumindo que possuem domínio sobre o tema. Apenas 1,6% se sente inseguro, demonstrando que a maior parte desses profissionais estão cientes da importância da educação financeira como ferramenta de planejamento e controle de suas finanças.

Nesse contexto, ao buscar consonância nas autodeclarações e com o objetivo de mensurar o nível de educação financeira dos colaboradores, foram adicionados ao questionário quesitos propostos por Lusardi e Oggero (2017) sobre juros simples e compostos, inflação e diversificação de risco. Segundo os autores, uma pessoa pode ser considerada educada financeiramente se responder corretamente ao menos três das quatro questões sobre os temas mencionados acima. A partir dessa metodologia, foi possível concluir que 73,7% da amostra pode ser considerada educada financeiramente.

Em seguida, percebeu-se que 23% dos colaboradores não possui empréstimos e/ou financiamentos, porém a maioria, 28,4%, compromete de 21% a 30% de sua renda mensal com o pagamento de parcelas destas linhas de crédito. Além disso, 14,4% dos participantes estão com mais de 30% da sua renda destinada ao pagamento de tais parcelas, situação que pode ser encarada como superendividamento e, se não controlada, pode levar à situação de inadimplência.

Apenas 9,5% dos profissionais afirmaram possuir operações em atraso, sendo o descontrole orçamentário apontado como o principal motivo da situação de inadimplência. A maioria das operações inadimplentes, 44,8%, estão associadas ao cartão de crédito, produto mencionado como sendo o mais utilizado entre os colaboradores.

Diante de toda a pesquisa, conclui-se que, apesar de um pequeno percentual estar em situação de inadimplência, a maioria dos colaboradores pode ser considerada educada financeiramente, uma vez que dominam alguns conceitos básicos de finanças, utilizam ferramentas de planejamento e controle orçamentário e apresentam níveis de endividamento dentro do recomendado. Além da educação financeira estar presente no ambiente institucional, visto que estes profissionais atuam como consultores financeiros dos associados, por meio do presente trabalho pode-se afirmar que ela também se faz presente em suas vidas pessoais.

Dentre as limitações encontradas, ressalta-se o curto prazo para a coleta de dados, o que impactou no tamanho da amostra, que poderia ser mais abrangente. O estudo pode ser ampliado para outras centrais de cooperativas de crédito do país, buscando identificar um nível nacional de educação financeira entre os colaboradores, assim como, sugerir medidas de aprimoramento para qualificação profissional que, conseqüentemente, refletiriam em suas finanças pessoais.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, M. F. R. **A educação financeira e o sobre-endividamento**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira- Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018

BACEN. Banco Central do Brasil. **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/conceito_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 11 jan. 2019.

BANCO CENTRAL e a educação financeira. Banco Central do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbcuniversidade%2FintroducaoPEF.asp>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BASSIL, R. L. **A importância da educação financeira**. OABPrev.org, abr. 2018. Disponível em: <http://www.oabprev-pr.org.br/noticias-detail.php?id=750&tit=artigo-a-importancia-da-educacao-financeira>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional da Educação Financeira – ENEF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 9 jan. 2019.

BRASIL. **Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acesso em: 12 fev. 2019.

COUTO, E. A. **Princípios cooperativistas na prática: análise da gestão social da COOPVALI/BA**. Vila Velha: Opção, 2014.

CORDEIRO, R. A.; ALMEIDA, L. M.; FIGUEIREDO, J. C. B. **Classe Média Brasileira: Mais Dinheiro e Menos Dívidas, Sonho ou Realidade?** In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA, 6., 2013. Vitória da Conquista, BA.

D'AQUINO, Cássia. **E o que é a educação financeira?**, 2011. Disponível em: <http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/513>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ENEF. Estratégia nacional de educação financeira. **Vida e dinheiro**. AEF Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. S. A. **O crédito malparado e o sobre-endividamento das famílias na região autónoma da Madeira**. 93 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.

GUIMARÃES, G. L. E. **A Rio+20 e a Responsabilidade Socioambiental no Sistema Financeiro Nacional**. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, ano 7, n. 59, jun. 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA201206.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

INSTITUTO Sicoob promove ações gratuitas de conscientização e gestão de finanças pessoais. **Portal do Cooperativismo Financeiro**, 2018. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2018/05/instituto-sicoob-promove-acoes-gratuitas-de-conscientizacao-e-gestao-de-financas-pessoais/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS G. A. *Financial Literacy and the Financial Crisis*. **Netspar Discussion Paper No. 03/2012-007**, mar. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2038765. Acesso em: 11 fev. 2019.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. *Financial Literacy and Retirement Planning In The United States*. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, MA, n. 17108, jun. 2011.

LUSARDI, A.; OGGERO, N. **Millennials and financial literacy: a global perspective**. Global Financial Literacy Excellence Center, Washington, D.C., maio 2017. Disponível em: <https://gflec.org/wpcontent/uploads/2017/07/Millennials-and-Financial-Literacy-Research-Paper.pdf?x87657>. Acesso em: 31 jan. 2019.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. **Debt literacy, financial experiences, and over indebtedness**. Journal of Pension Economics and Finance, Cambridge, MA, v. 14, n. 4, p. 332-368, out. 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-pension-economics-and-finance/article/debt-literacy-financial-experiences-and-overindebtedness/6140546AF9CA1BAC33FAE47F35C5C178>. Acesso em: 8 abr. 2019.

MASSARO, A. **Como cuidar de suas finanças pessoais**. Brasília, DF: CFA, 2015. Disponível em: <http://bluehost1.cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/10cfa-cartilha-financa-pessoal.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MEINEN, E. **O Cooperativismo e sua repercussão socioeconômica**. Revista Sócios & Negócios. Porto Velho, RO, v.9, p. 6, dez. 2016.

OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras**, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ocb>. Acesso em: 1 fev. 2019.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**, jul. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/7/17/35108560.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.

OECD. **Organisation for Economic Co-operation and Development**, 2018. Disponível em: <http://www.oecd.org/about/whatwedoandhow/>. Acesso em: 30 jan. 2019.

PEIC NACIONAL. São Paulo: **Pesquisa CNC, endividamento e inadimplência do consumidor**, dez. 2018. Disponível em: http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_dezembro_2018.pdf. Acesso em: 30 jan. 2019.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito: História da evolução normativa no Brasil**. Brasília, DF: BCB, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em: 4 jan. 2019.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. In: REIS, A. Fundos de pensão e mercado de capitais. São Paulo, SP: Editora Peixoto Neto, 2008. Disponível em: http://www.faceb.com.br/wp-content/uploads/3_090420-113416-244.pdf. Acesso em: 5 fev. 2019.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. **Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas**. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772015000300362&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 8 abr. 2019.

ROCHA, R. R.; OLIVEIRA, R. R.; TEIXEIRA, L. A. A. **Educação financeira e endividamento do consumidor de baixa renda: Tendências de inadimplência e adimplência**. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO. 11., 2017, Petrópolis. RJ, 2017.

SAITO, A. T.; SAVÓIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. Administração no contexto internacional, 9., 2006. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf. Acesso em: 6 jan. 2019.

SANTANA, M. V. S. **Educação Financeira no Brasil: Um estudo de caso**. 103 f. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Centro Universitário Una, Belo Horizonte.

SAVÓIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, v.41, n. 6, p. 1121-41, 2007.

SCHIMMELFENIG, C. **Cooperativismo de crédito: uma tendência**. Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU, v. 5, n. 10, 2010. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/84_1.pdf. Acesso em: 3 dez. 2018.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cooperativa de Crédito: Série empreendimentos coletivos**, 2009. Brasília, DF. Disponível em: https://www.uniprimecentral.com.br/upload/file/pagina/anexo_22_file1_o-que-e-uma-cooperativa-de-credito.pdf. Acesso em: 21 dez. 2018.

SERASA. **Inadimplência do consumidor atinge 61,6 milhões, revela Serasa**, 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-do-consumidor-atinge-616-milhoes-revela-serasa>. Acesso em: 13 dez. 2018.

SILVA, J. T. L.; SOUZA, D. A; FAJAN, F. D. **Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12., 2015. Resende, RJ. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13722130.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SOARES, F. P. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. 2017. 302 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, M. P.; SOUZA, B. S. S.; ROVIZ, P. E. R.; SILVA, N. M.; SOUZA, S. P. S. **Perfil de educação financeira de funcionários e servidores de banco público federal em agência de Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco**. Revista eletrônica estágio papiros, v.5, n.1, p. 2448-2080, jan/jun. 2018. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/papirussantacatarina/article/view/4620/47964929>. Acesso em: 7 jan. 2019.

VIEIRA, J. F. **A relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma universidade do município de Criciúma, SC**. (Monografia). Criciúma, SC, UNESC, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3238/1/JOANA%20FRANCISCO%20VIEIRA.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2013.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Prezado(a) entrevistado(a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, referente a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso. Portanto, solicito respeitosamente de V.S.^a o preenchimento deste questionário para fundamentar a pesquisa que estou desenvolvendo. O mesmo dura apenas 5 minutos e suas respostas serão tratadas de forma totalmente anônima.

BLOCO I – PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Gênero:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro: _____

2. Idade:

- ☐ Até 20 anos
- ☐ De 21 a 30 anos
- ☐ De 31 a 40 anos
- ☐ Acima de 40 anos

3. Estado civil:

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado/União Estável
- ☐ Separado/Divorciado
- ☐ Viúvo
- ☐ Outro: _____

4. Nível de escolaridade:

- ☐ Ensino Médio
- ☐ Superior Incompleto
- ☐ Superior Completo
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

5. Qual a sua renda mensal?

- ☐ De R\$ 998,00 a R\$ 1.996,00
- ☐ De R\$ 1.996,01 a R\$ 2.994,00
- ☐ De R\$ 2.994,01 a R\$ 3.992,00
- ☐ De R\$ 3.992,01 a R\$ 4.990,00
- ☐ Acima de R\$ 4.990,00

BLOCO II – NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FERRAMENTAS**6. Como você se considera em relação aos seus conhecimentos financeiros?**

- ☐ Inseguro - Gostaria de possuir um entendimento mínimo sobre educação financeira;
- ☐ Pouco seguro - Gostaria de entender um pouco mais sobre educação financeira;
- ☐ Razoavelmente seguro - Possuo conhecimento em educação financeira suficiente para gerir minhas finanças pessoais;
- ☐ Seguro - Possuo domínio sobre educação financeira e administro minhas finanças pessoais da melhor maneira possível.

7. Como você adquiriu conhecimentos para administrar sua vida financeira?

- ☐ Familiares
- ☐ Faculdade
- ☐ Internet, livros, revistas, jornais, palestras, etc.
- ☐ Experiência prática

8. Qual a ferramenta que você utiliza para planejamento e controle das suas finanças pessoais?

- ☐ Planilha eletrônica
- ☐ Aplicativo de celular
- ☐ Anotações (cadernos, planilhas físicas, etc)
- ☐ Não utilizo ferramenta
- ☐ Outro: _____

9. Caso você use alguma ferramenta, com que frequência a utiliza?

- ☐ Diariamente
- ☐ Semanalmente
- ☐ Mensalmente
- ☐ Raramente

10. Suponha que você precise pegar emprestado R\$ 100,00. Qual é o valor mais baixo para pagar de volta: R\$ 105,00 ou R\$ 100,00 mais 3%?

- ☐ R\$ 105,00
- ☐ R\$ 100,00 mais 3%
- ☐ Não sei
- ☐ Não responder

11. Considere que você tenha R\$ 100,00 na poupança rendendo a uma taxa de juros de 10% ao ano. Após 5 anos, quanto você teria na poupança se não fosse retirado nenhum valor da conta?

- ☐ Mais de R\$ 150,00
- ☐ Exatamente R\$ 150,00
- ☐ Menos de R\$ 150,00
- ☐ Não sei
- ☐ Não responder

12. Imagine que nos próximos 10 anos os preços das coisas que você compra dobrem. Se sua renda também dobra, você poderá comprar menos do que pode comprar hoje, o mesmo que pode comprar hoje ou mais do que pode comprar hoje?

- ☐ Menos

- () O mesmo
- () Mais
- () Não sei
- () Não responder

13. Suponha que você tenha algum valor para investir. É mais seguro aplicá-lo em um único negócio ou investimento, ou aplicá-lo em várias empresas ou investimentos?

- () Em um único negócio ou investimento
- () Em múltiplos negócios ou investimentos
- () Não sei
- () Não responder

BLOCO III – PRODUTOS FINANCEIROS

14. Dos produtos financeiros abaixo, quais você possui?

- () Cartão de Crédito
- () Cheque Especial
- () Empréstimo Pessoal
- () Financiamento de Veículo
- () Financiamento Imobiliário
- () Consórcio
- () Investimentos (Poupança, fundos, CDB, LCI, Ações, etc)
- () Previdência

15. Com que frequência você utiliza o cheque especial?

- () Semanalmente
- () Mensalmente
- () Raramente
- () Não utilizo

16. Com que frequência você entra no rotativo do cartão de crédito?

- () Sempre
- () Frequentemente

- () Raramente
- () Nunca

BLOCO IV – ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

17. Qual o percentual da sua renda mensal que você consegue poupar/investir?

- () 0%
- () Até 10%
- () Entre 11% e 20%
- () Entre 21% e 30%
- () Acima de 30%

18. Qual o percentual da sua renda mensal que está comprometido com o pagamento de parcelas de empréstimos/financiamentos?

- () Até 0%
- () Até 10%
- () Entre 11% e 20%
- () Entre 21% e 30%
- () Acima de 30%

19. Você possui operações de crédito em atraso? (Se sua resposta for não, avance para a pergunta 24).

- () Sim
- () Não

20. Que tipos de operações estão em atraso?

- () Cartão de Crédito
- () Cheque Especial
- () Empréstimo Pessoal
- () Financiamento de Veículo
- () Financiamento Imobiliário
- () Outro: _____

21. Há quanto tempo a sua dívida mais antiga está em atraso?

- ☐ Até 15 dias
- ☐ Entre 16 e 30 dias
- ☐ Entre 31 a 60 dias
- ☐ Entre 60 e 90 dias
- ☐ Acima de 90 dias

22. O que levou você à situação de inadimplência?

- ☐ Descontrole orçamentário
- ☐ Não utilização de ferramentas de planejamento financeiro
- ☐ Investimentos mal sucedidos
- ☐ Problemas de saúde
- ☐ Desemprego
- ☐ Outro: _____

23. Você acredita ter condições de pagar suas dívidas atrasadas em um futuro próximo?

- ☐ Sim
- ☐ Não

24. Você já repactuou (renegociou) alguma operação de crédito?

- ☐ Sim
- ☐ Não